

Polícia apreende cartaz contra constituintes

SÃO PAULO — A Polícia Federal apreendeu, na sede estadual do PT, 17 mil cartazes elaborados pela CUT, com o título *Procurados. Traidores do povo*, as fotografias e os telefones residenciais de 27 deputados paulistas do *Centrão*. A apreensão seguiu-se a uma ordem da Procuradoria-Geral da República, por solicitação do deputado Ulysses Guimarães como presidente interino.

O advogado Eduardo Greenhalgh, da executiva do Partido dos Trabalhadores, disse que o PT vai entrar com representação junto ao Ministério Público Federal de São Paulo, denunciando a invasão ilegal de sua sede e o abuso de autoridade.

Estudantes — Às 10h30min, agentes da Polícia Federal chegaram à sede do PT, fazendo-se passar por estudantes que queriam receber os cartazes para distribuí-los pela cidade. Ao receberem o material dos funcionários do partido, os policiais se identificaram como policiais federais. Segundo o delegado Jayme Petra Filho, que comandou a ação, isso aconteceu "apenas para checar se os cartazes estavam realmente no PT".

Para Greenhalgh, essa atitude mostra a "clandestinidade da operação". O delegado não levou nenhum mandado judicial de apreensão à sede do PT, alegando que não era preciso, já que sua presença substitua qualquer ordem escrita. Segundo o advogado do PT, "isto não está escrito em nenhum texto de lei no Brasil". Greenhalgh informou que a

ausência de um mandado só é lícita quando se trata de flagrante. O fato de os policiais se passarem por estudantes não significa, a seu ver, que isso tenha ocorrido. "É um flagrante montado e, por isso, não é válido", afirmou o advogado. Por essas razões, o PT vai entrar com uma representação junto ao Ministério Público enquadrando os mandantes e quem participou da ação em crimes de responsabilidade — violação domiciliar, abuso de autoridade e apreensão ilegal dos cartazes.

Representação — "Eles se elegeram prometendo defender você. Mas agora são do *Centrão* e querem eliminar as pequenas conquistas que os trabalhadores conseguiram aprovar na Comissão de Sistematização. Fique de olho neles", diz o cartaz com os retratos dos deputados — quatro do PFL, um do PL, 12 do PMDB, seis do PTB e quatro do PDS.

Segundo Greenhalgh, alguns desses deputados pediram ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que ele fizesse uma representação à Procuradoria-Geral da República alegando a ocorrência de "injúria, calúnia e difamação". Ulysses fez a representação e, na semana passada, foi pedida uma liminar e a apreensão dos cartazes, antes que eles aparecessem afixados pelas ruas. Em seguida, o Supremo Tribunal Federal emitiu a ordem à Polícias Federal nos estados, que iniciou as apreensões.



Policial conduz para o carro cartazes que apontam "traidores"

Desentendimento leva PDS a repetir eleição de líder

BRASÍLIA — As pressões de integrantes do PDS, que não concordaram com um artifício do líder Amaral Netto para ser reconduzido ao cargo, resultaram em nova eleição, desta vez por voto secreto, sugerida pelo deputado Delfim Neto. A eleição foi convocada pelo próprio líder, que chamou os companheiros de bancada ao seu gabinete, com o argumento de que já acertara tudo com Victor Faccioni, (RS), o candidato adversário. Faccioni diz que jamais combinou eleição alguma com Amaral e, mal soube da manobra, procurou o senador Jarbas Passarinho, presidente do partido, para impugná-la. Passarinho disse que a única saída agora é recorrer ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

A decisão de realizar a eleição direta em seu gabinete foi tomada por Amaral Netto em meio a demorada discussão, em que ele afirmava não agüentar mais as insinuações de que fora ilegalmente reconduzido à liderança. "Então faz logo uma votação a descoberto e

acabamos de vez com esse mal-estar", sugeriu-lhe Delfim Neto.

Previsão — Acontece que, logo depois dessa decisão, às 11 horas, o deputado Victor Faccioni esteve no gabinete da liderança do PDS e disse que, em nenhum momento, Amaral Netto lhe dissera que ia fazer nova eleição. O parlamentar fluminense fora reconduzido à liderança por 25 assinaturas.

A urna de Amaral Netto fica aberta até as 16 horas de hoje. Ontem, negavam-se a votar os deputados Telmo Kirst, Henrique Córdova, Virgílio Galassi, Mello Reis, Osvaldo Bender, Konder Reis, Artenir Werner, Vilma Maia e Victor Faccioni. Segundo o senador Jarbas Passarinho, a crise na bancada do PDS na Câmara resulta de atitudes intempestivas de Amaral Netto.

E com essa eleição iniciada ontem, Passarinho diz que vai ficar patenteado apenas o seguinte: "Simulacro ou não, ninguém poderá dizer agora que Amaral não foi eleito".

Congresso quer um banco

Depósitos do IPC estimulam pedido de carta-patente

BRASÍLIA — O Instituto de Previdência dos Congressistas —IPC— único no gênero a aposentar seus segurados depois de apenas oito anos de trabalho, agora quer uma carta patente para criar uma nova instituição financeira — o Banco do Congresso, que já tem inclusive um terreno doado pelo governo do Distrito Federal para a construção da sede, com projeto encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer.

— Esse dinheiro todo poderia ser depositado no nosso banco, alimentando, inclusive, benefícios que atendessem nossas necessidades específicas — diz o deputado, que entretanto não sabe que caminhos burocráticos tomar. — Talvez um decreto-lei do presidente Sarney — especula.

Para se criar um novo banco é necessário a aprovação do Conselho Monetário Nacional e a autorização de funcionamento do Banco Central. Desde novembro de 1985 a resolução 1.060, do BC, mantém suspensas as autorizações para criação de novas instituições financeiras, o que torna difícil a pretensão de Faria. O deputado conta conquistar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ele alega que em um ano à frente do IPC conseguiu elevar as reservas de caixa de Cz\$ 220 milhões para Cz\$ 1 bilhão.

Clientela — O IPC foi criado em 1963 com atribuições específicas: permitir que os parlamentares apenas com duas

legislaturas (oito anos de contribuição ao Instituto) possam receber benefícios previdenciários, se não conseguirem continuar na carreira política. Tão especial é a lei que rege o IPC que os oito anos de contribuições necessários à concessão da aposentadoria não precisam ser corridos. Apenas a contribuição durante uma legislatura, ou por poucos meses (no caso dos suplentes que assumam o mandato por alguns meses) dá aos segurados o direito de, por conta própria, continuarem contribuindo até completar os oito anos de carência necessários à concessão da aposentadoria.

O IPC tem dois tipos de seguro — os obrigatórios (todos os parlamentares) e os facultativos (funcionários do Congresso). Todos contribuem para o IPC com 20% de seus salários mensais. As pensões dos segurados obrigatórios serão de 26% do valor do salário mensal pago aos parlamentares, acrescido de 3,25%, no caso do beneficiário ter contribuído entre nove e 16 anos; mais 3,40%, se a contribuição atingir período de 17 a 28 anos; e mais 3,60%, para quem contribuir 29 ou 30 anos. A pensão é calculada com a multiplicação do número de anos de contribuição pela diária extraída da média aritmética dos 12 últimos salários.

Atualmente são 559 os segurados obrigatórios (487 deputados e 72 senadores) e 3.531 os segurados facultativos. Os pensionistas são 3.531 — 710 ex-parlamentares, 536 ex-funcionários e 726 beneficiários (familiares dependentes de segurados mortos). O IPC também faz empréstimos, a juros de 9,8% ao ano.

Oposição diz que eleição corre perigo

BELO HORIZONTE — Em manifesto divulgado após reunião na sede do Partido Liberal, em Belo Horizonte, 11 partidos de oposição em Minas denunciaram a existência de manobras, lideradas pelo *Centrão* e parte do PMDB — na qual incluem o governador Newton Cardoso — com o objetivo de adiar as eleições municipais previstas para este ano.

O presidente regional do PDT, José Maria Rabelo, afirmou que existem dois grandes *lobbies* empenhados na inviabilização das eleições: "Um do PMDB, como partido que teme as eleições diretas para presidente, temendo ser derrotado, por não ter cumprido suas promessas de campanha. E outro fortíssimo *lobby* empresarial, do qual participam empresários como Mathias Macline (grupo Sharp), Murillo Mendes (construtora Mendes Junior) e Roberto Marinho (Organizações Globo), que se juntaram em torno do presidente José Sarney e querem continuar usufruindo do governo."

Os 11 partidos — PL, PFL, PT, PV, PSC, PSB, PTB, PH, PDT, PC do B, PCB — e a dissidência do PMDB se uniram ainda contra o apoio do governador Newton Cardoso ao PDC — Partido Democrata Cristão — até agora inexpressivo em Minas e que começa a ganhar fôlego. Newton quer transformá-lo em partido auxiliar na sustentação ao Palácio da Liberdade e espécie de sublegenda nas eleições municipais.

O manifesto denuncia os métodos de filiação partidária utilizados pelos candidatos a candidato do PMDB à Prefeitura de Belo Horizonte. Caso específico, segundo o presidente regional do PSB, Waldo Silva, é o do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que vinha prometendo leites, cestas básicas e casa própria à população pobre em troca da filiação ao PMDB.